



COMUNIDADE CABISTA FILHA DO ISOLAMENTO SOCIAL E GEOGRÁFICO: ALGUMAS PARTICULARIDADES CULTURAIS IMATERIAIS DA COMUNIDADE TRADICIONAL PESQUEIRA DE ARRAIAL DO CABO

COMMUNITY CABISTA DAUGHTER OF THE SOCIAL AND GEOGRAPHICAL ISOLATION: SOME PARTICULARITIES OF THE CULTURAL IMPORTS OF THE TRADITIONAL COMMUNITY FISHERY OF ARRAIAL DO CABO

Manuela Chagas Manhães¹
Júlio César Ramos Esteves²

RESUMO: Este presente artigo retoma a importância das particularidades culturais da comunidade tradicional pesqueira de Arraial do Cabo como fontes de conhecimentos e parte integrante da identidade cultural do multicultural do povo brasileiro. Assim, partimos dos pressupostos de BEGER & LUCKMANN (1985) ao afirmarem que as comunidades, em nosso caso específico, de pesca artesanal, vêm com um acervo de conhecimento que ao longo de sua história, também passou por um processo seletivo e significador para a mesma. Hoje, não seria diferente. Essa comunidade encontra-se no meio social sendo desafiada há todos instantes. É colocada a prova diante de novos enfrentamentos, desde a abertura da estrada pela Companhia Nacional de Álcalis. Há uma redefinição do seu acervo de conhecimentos e suas estruturas significantes. Essa estrada quebrou o isolamento social e geográfico, trouxe uma infraestrutura e paradoxalmente a favelização dos morros com o fluxo de migração desordenada, permitiu que o turismo exacerbado, em suas lindas praias, fosse uma nova realidade, o que possibilitou por outro lado um novo processo de aculturação. Além disso, favoreceu que novas funções sociais pudessem ser desenvolvidas determinando um novo status local em detrimento o que seria ser um pescador artesanal que traz consigo as tradições em torno da pesca.

PALAVRAS CHAVE: comunidade tradicional, cultura , estruturas significantes.

ABSTRACT: This article retakes the importance of the cultural peculiarities of the traditional fishing community of Arraial do Cabo as sources of knowledge and an integral part of the multicultural cultural identity of the Brazilian people. Thus, we start from the

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação de Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense, mestre em Cognição e Linguagem com área de especificação representações sociais, análise do discurso e semiótica, Bacharel em Ciências Sociais, atualmente professora da Universidade Estácio de Sá e coordenadora de pós graduação.

² Graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1988), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992) e doutorado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com bolsa de doutorado-sandwich na Wilhelms-Universität Münster (Alemanha) (1998). Atualmente é professor associado iv da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.



assumptions of BEGER & LUCKMANN (1985) when affirming that communities, in our specific case, artisanal fishing, come with a wealth of knowledge that throughout its history has also undergone a selective and significant process for it. Today would be no different. This community is in the social environment being challenged every moment. It is put to the test before new confrontations, since the opening of the road by the National Company of Alkalis. There is a redefinition of its stock of knowledge and its significant structures. This road broke the social and geographical isolation, brought an infrastructure and paradoxically the slumming of the hills with the flow of disorderly migration, allowed that the exacerbated tourism, in its beautiful beaches, was a new reality, which on the other hand made possible a new process of acculturation. In addition, it favored that new social functions could be developed by determining a new local status to the detriment of what it would be to be an artisanal fisherman who brings with it the traditions around fishing.

This

KEYWORDS: traditional community, culture, significant structures.

INTRODUÇÃO

Segundo GEERTZ (2015, p.10) “compreender a cultura de um povo expõe sua normalidade sem reduzir suas particularidades”. Isso significa dizer que, para compreendermos seus sistemas simbólicos e os traços culturais precisamos estar referendados no que eles praticam, como praticam e porquê praticam. Desse modo, é perceptível a correspondência entre tais sistemas simbólicos que são refletidos e refletem simultaneamente nas e das ações na vida diária.

Deve atentar-se para o comportamento, e com exatidão, pois é através do fluxo do comportamento – ou, mais precisamente, da ação social – que as formas culturais encontram articulação. Elas encontram -na também, certamente, em várias espécies e artefatos e vários estados de consciência. Todavia, nestes casos o significado do papel que desempenham (*Wittgenstein* diria seu “uso”) no padrão da vida decorrente, não de quaisquer relações intrínsecas que mantenham umas com as outras (GEERTZ, 2015, p.12-13).

Nesse contexto, a perspectiva geertziana traz outra concepção sobre a cultura. Não apenas como padrões determinantes do comportamento, mas também como um conjunto de mecanismos de controle³. Nesse conjunto

³ Mecanismos de controle são considerados na teoria geertziana como instrumento que estabelecem as regras específicas de convivência em uma determinada comunidade. Por isso,



encontramos planos, receitas, regras, instruções, que, na verdade, irão governar a conduta humana dentro da comunidade que vive. Tal fato demonstra a dependência humana por tais mecanismos que são programas culturais que culminam no ordenamento objetivo do comportamento para estar no “mundo”. Dessa forma, GEERTZ (2015, p. 33) afirma que: A perspectiva da cultura como “mecanismos de controle” inicia-se com o pressuposto de que o pensamento humano é basicamente social e público – que seu ambiente natural é o pátio familiar, o mercado a praça da cidade. Em outras palavras, é na convivência social que são apreendidos. Será nas ações sociais que terão significados, por isso, percebemos a importância da definição da cultura enquanto contexto, e assim como o conjunto de mecanismos de controle que norteia, governa tais ações e forma sistema eticidade.

Entretanto, ambas as idéias desenvolvidas por GEERTZ (2015, p.32-33) – a primeira que determina a cultura como um complexo de padrões concretos de comportamento, que traz os ritos, as tradições, os costumes, hábitos, e, a segunda como o conjunto de mecanismos de controle –, sobrevivem e se recriam na memória social coletiva. Ambas são essenciais para o sujeito social ser formado e assim estar “apto” para viver a comunidade propriamente dita. Podemos dizer que, tais símbolos são dados ao indivíduo, na sua grande maioria, pela socialização e são a base da identidade de resistência⁴. Ou seja, o sujeito social os encontra já na dinâmica social quando nasce e eles continuarão a circular após sua morte. Isso é um fato, embora saibamos que segundo a dinâmica social encontremos alterações, alguns acréscimos e redefinições. Como SAHLINS (1990, p.147) diz: “a transformação de uma cultura é um modo de sua reprodução”. Mas, a base será intermediada nas interações via narrativas. São tais narrativas que permitem a sobrevivência, manutenção e

os mecanismos de controle teriam desde valores morais que são compactuados no grupo como sanções para aqueles que quebram tais regras e valores morais. Logo, os mecanismos de controle seriam essenciais para manutenção da convivência e imposição de valores culturais e padronização das condutas sociais diante dos elementos culturais dessa comunidade específica no cotidiano.

⁴ Cf in CASTELLS (1999, p. 24-25) no seu livro O poder da Identidade.



ressignificações da memória social, que é uma prerrogativa para as alterações e reinterpretções da própria cultura de uma comunidade tradicional.

Desse modo, quando refletimos sobre as comunidades pesqueiras tradicionais cabistas⁵ encontramos aquele acervo cultural alicerçado em um contexto e orientador da constituição da identidade de resistência. Segundo GEERTZ (2015, p.17) o objeto da etnografia é descrever e compreender “uma hierarquia estratificada de estruturas significantes”. Nesse sentido, é fundamental para que haja compreensão da cultura a relação entre passado e presente, para que seja possível determinar tais estruturas significantes. Conseqüentemente se torna inteligível a análise cultural do desenvolvimento de ações, ressignificação das tradições e rituais, manutenção de costumes, definição de regras e exercício de tarefas sociais.

Assim, qualquer análise efetuada será uma interpretação dos significados. Tais significados têm no seu interior o conteúdo simbólico que as gerações anteriores passaram (e ainda passam na maioria das vezes) para as gerações atuais. Logo, a partir de estruturas significantes mediadas pela linguagem, temos variações e novas variáveis de um sistema significado, que é compartilhado entre os membros da comunidade, e assim, torna-se possível há adequação da identidade de resistência e de projetos na realidade social. Devido a esse fato, esses elementos são recontados e reinterpretados permitindo a constituição da memória social individual e coletiva. Em outras palavras, a memória social está sempre sendo reconstruída, reinterpretada por estar presente na contextualização histórica formadora da comunidade e formada por ela na dinâmica social. Quando refletimos sobre essa relação temos como objeto de estudo as particularidades da comunidade pesqueira tradicional de Arraial do Cabo, a qual vem sobrevivendo às adversidades da Modernidade como o desenvolvimento tecnológico, problemas ambientais, exploração marítima como do Petróleo, descaso do poder público, turismo entre outros.

⁵ Cabistas considerados aqueles que nasceram em Arraial do Cabo



Nesse contexto é importante ressaltar que o período definido como Modernidade edificou o acirramento entre os grupos, os indivíduos, alimentado pelo consumismo, individualismo, por um imediatismo, pelo pseudo progresso. Sabemos que não temos uma situação de equidade nas condições e oportunidades para todos, que trouxessem a efetivação do respeito e do reconhecimento social. É perceptível o crescimento das individualidades em espaços distintos, que determinam pequenas comunidades tradicionais na sociedade brasileira, como exóticas, inferiores, não respeitando, não as reconhecendo como parte integrante da vida social muito menos seu trabalho e suas especificidades culturais. Isso numa sociedade *a priori* que teria cidadãos livres e iguais. É nesse aspecto que trazemos uma reflexão de suma importância de SANTOS (1999), sobre o projeto da Modernidade e suas conseqüências.

Afirmar que o projeto da modernidade se esgotou significa, antes de mais nada, que se cumpriu em excessos e déficits irreparáveis. São eles que constituem a nossa contemporaneidade e é deles que temos de partir para imaginar o futuro e criar as necessidades radicais cuja satisfação o tornarão diferente e melhor que o presente. A relação entre o moderno e o pós-moderno é, pois, uma relação contraditória. Não é de ruptura total, como querem alguns, nem de linear continuidade, como querem outros. É uma situação de transição em que há momentos de ruptura e momentos de continuidade (SANTOS, 1999, p.102/103).

É nesse ponto que pensando nas possíveis continuidades e rupturas, refletimos sobre o sentido de justiça como equidade e o reconhecimento social-cultural. Partindo dessa perspectiva, salientamos que em pleno século XXI o desrespeito social trai, na verdade, os princípios que deveriam ser fios condutores para que na vida social houvesse a integração social. Isso se reflete em nosso caso nas particularidades do modo de vida da comunidade pesqueira artesanal de Arraial do Cabo. Por isso, a historicidade dessa comunidade tradicional pesqueira percorre inúmeros impactos na manutenção da memória social e assim na reconstituição da identidade cultural.

A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE CABISTA



Partindo da contextualização feita por AGUIAR (2005) a Região dos Lagos, tece seu processo iniciado 6.000 e 10.000 anos a.c. fato este, que é comprovado pela existência de diversos sítios arqueológicos conhecidos por “sambaquis” distribuídos por toda a Região dos Lagos. Estes povos primitivos eram cercados por uma abundância de caça e pesca que utilizavam os recursos naturais sem degradar ou dizimar o ambiente. Entretanto, com o processo de colonização iniciado em 1500 algumas cidades da Costa Brasileira tiveram fundamental importância na história do Brasil. Isso se deve ao fato, de algumas delas vivenciarem a chegada das grandes explorações oriundas principalmente de países europeus como Portugal, Espanha e Holanda no século XVI. Dentre essas cidades destacamos Porto Seguro, Recife, Rio de Janeiro e Olinda. Pouco se sabe a nível nacional da importância que Arraial do Cabo teve no processo de colonização do Brasil. Mas, podemos afirmar segundo AGUIAR (2005, p. 87) que a história dessa cidade da Região dos Lagos inicia-se em 1503, tendo como protagonista o navegador *Florentino Américo Vespúcio*, que a serviço da Coroa Portuguesa desembarca na Praia da Rama em Arraial do Cabo com um contingente de 24 homens e 12 peças de artilharia. Estes 24 homens possivelmente seriam os mesmos que foram resgatados do naufrágio ocorrido com a embarcação Nau Capitania em Fernando de Noronha.

Segundo AGUIAR (2005) o navegador os deixa em Arraial do Cabo com mantimentos suficientes para seis meses. Foi dessa forma, que, houve a primeira construção de benfeitoria do lugar, denominada a Casa da Pedra (*Casa da Piedra*, hoje fundação Roberto Marinho). Sabe-se que três anos depois seria erguida a primeira Igreja, já demonstrando a relação existente entre a Coroa, a Igreja Católica e a burguesia mercantil nas expedições além-mar. Tal Igreja seria conhecida como a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, onde seria realizada a Primeira Missa no Brasil em local fechado. Neste ponto se iniciaria a exploração do pau-brasil na Região dos Lagos. Completando esse contexto histórico, PRADO (2002, p.61) afirma que:



Então, a povoação começou pela parte de lá, onde hoje é a *Casa da Piedra*, a Igreja foi feita de frente pra lá, justamente onde Ra povoação. A Igreja ficou de costas pra gente, costume dizer às vezes que a gente é tão ruim, que a população daqui é tão ruim, que a te a santa ficou de costa pra paca. Ela ficou de frente para o Porto, justamente ali é que começaram as primeiras casas. Aí, para não ficar de costas para o mar, por uma superstição, não sei, qualquer coisa assim, eles botaram ela ali de frente à *casa da Piedra*, que é hoje a Fundação Roberto Marinho.

Nesse roteiro etnográfico efetuado por PRADO (2002), a autora afirma que em 26 de maio de 1511, a nau *Bretoa* trouxe o feitor *João Lopes de Carvalho*, que a partiu do dia 28 de julho com 5mil toras, 40 escravos (na maioria mulheres), 22 tuins, 16 sagüis, 16 gatos, 15 papagaios e 3 macacos. Entretanto, encontra-se um vácuo histórico entre os séculos XVI e XVII. Tal vácuo tem sido preenchido com pirataria e genocídio indígena, dos *Tamoios*, reconhecidos como os originais donos da terra dessa região. Há relatos segundo PRADO (2002:29) que tais índios tinham expectativas de derrotarem os invasores portugueses, denominados pelos índios como “perós”. Temos o início, então, de uma guerra extremamente violenta, que culminará com a morte de mais de 10 mil guerreiros *Tamoios* e escravização dos restantes pelo, então governador da província: *Antônio Salema*.

Porém, o fato é que as raízes da pesca remota ao século XVIII, período que é conhecido como a consolidação da conquista portuguesa desse novo espaço geográfico e no qual teremos a exploração dos arrendamentos do direto à pesca, que era denominada “pescaria”. Nesse aspecto, PRADO (2002) salienta que há documentação que data desde 1729 a legitimação dessa exploração marítima. Assim, longe de sua terra natal tais colonizadores irão aprender a viver nessa nova terra. O que teremos sucessivamente é um processo de aculturação, ou seja, esses europeus irão misturar seus conhecimentos aos novos saberes, aprendendo assim novas técnicas de pesca, cultivo, voltados para as questões ambientais específicas dessa região. Tal fato alimentado pelo isolamento geográfico será de suma importância para sua própria sobrevivência. Portanto, teremos aqui uma grande fusão cultural entre os colonizadores portugueses e os índios escravizados, que aqui já



viviam, pertenciam ao “arraiaí”. Sendo assim, teremos a constituição da população cabista (população de Arraial do Cabo).

O cabo de terra, que não tinha estradas ligá-lo ao continente, sofria por conta também de um isolamento político: o arraial não possuía escolas, policiamento, hospitais ou médicos, ligando-se ao resto do mundo unicamente pelo porto. Os natos temiam muitas vezes seus visitantes, estranhos homens desembarcados por dias, que tomavam inclusive feições e atitudes agressivas, como espancar os rapazes e estuprar as moças, daí uma certa recorrência de filhos sem pai no bairro portuário da Praia dos Anjos (PRADO, 2002, p. 30).

Por conseguinte, inicia-se um processo bem característico do cabista ser considerado um povo desconfiado de tudo e de todos. O fato que percebemos é que a formação dos nativos de Arraial do Cabo é, na verdade, uma formação dos filhos do isolamento social e geográfico (ambiental), tendo como referência determinadas culturas como indígenas, africanas e dos colonizadores, em sua maioria, portugueses. Nesse aspecto, PRADO (2002) denomina os nativos de “descendentes do isolamento”, devido não só à morfologia de Arraial do Cabo, mas também pelo seu caráter histórico e contextual de sua imigração inicial. PRADO (2002) ainda salienta o fato de até 1960 tal distrito (era o 4º. Distrito de Cabo Frio⁶, que só terá sua emancipação na década de 80 do século passado) não tinha estradas. O que se tinha (e ainda tem) eram dunas de areia e o grande mar. Assim, PRADO (2002, p. 17) afirma que:

Praticamente apartado do continente, Arraial do Cabo até a década de 1960 não conhecia estradas. Os caminhos que levavam até ele, ou para fora dele, seguiam por montes de areias, fossem elas da Praia do Pontal, eu outrora recebera o nome de Praia do Burro, por conta dos comerciantes ambulantes freqüentes por ela transitavam, rumo a Cabo Frio, ou pelos mais de 30 quilômetros da Praia de Massambaba, rumo a Saquarema.

⁶ Segundo BERANGER (2015, p.41) Arraial do Cabo foi o ponto de desembarque de Américo Vespúcio em 1503 e primeira feitoria do Brasil. Foi criado pela Lei Provincial no. 29 de 1824. Possui 7.262 almas. Foi ligado à sede por boa estrada de 12 quilômetros de extensão. Compreende a vila propriamente dita e os lugares da Figueira e Massambaba. Figueira é constituído de salinas e possui bela praia com bons loteamentos. Massambaba também é constituído de salinas. É o Cabo zona de pescaria organizada. Hoje aí funciona a Sociedade Pesca Tayo Ltda. Companhia japonesa para a pesca de baleia e fábrica para aproveitamento dos diferentes produtos oferecidos pela industrialização desses mamíferos. Aí se instalou também a Companhia Nacional de Álcalis.



Em seguida, o que percebemos é que a teoria evolucionista do século XIX estaria presente na formação de estigmas da população, que, como foi dito é filha do isolamento social e geográfico. Essa teoria evolucionista teve forte influência na formação intelectual e política no Brasil no século XX. Assim, haveria todo um arquétipo e definição do sentido de civilização tendo como base a cultura européia ocidental e as demais culturas diferentes do padrão europeu existentes em outros lugares seriam conhecidas como bárbaras e primitivas. Logo, o Brasil, uma nova República ainda estaria num processo evolutivo e por isso teria como base para compreensão de sua formação tal teoria. Nesse contexto, houve a definição de quem seria civilizado assim como os territórios que estivessem num caminho rumo à civilização e aqueles que permaneciam em um estado primitivo. Como consequência, teremos, então, a definição de Arraial do Cabo como um lugar, no qual a população ainda estaria num nível inferior do que seria visto como civilizado, considerando a comunidade como primitiva, devido seu modo de vida. Isso constituiu estereótipos, como o de *muxungo*.

Segundo PRADO (2002) o *muxungo* representaria uma caricatura ficcional, a qual a base traz referência às teorias científicas, definindo preconceitos determinados pelo o que seria visto como civilizado a partir de um padrão cultural dominante. Dessa forma, os *muxungos* seriam considerados como uma forma inferior de sociabilidade. Em outras palavras, tal população, representada pela pequena comunidade de pescador seria pintada como primitiva, incivilizada, inferior assim como o jeca tatu, o caipira, o matuto, o interiorano.

Em oposição ao cidadão, o bicho-do-mato brasileiro não chegou ainda à civilização: ele é rústico e primitivo, não evoluiu, degenerou, não progrediu, estagnou, não tem força de vontade, é apático, não se esforça, é indolente. Julga-se que ele resiste à ação e, por assim dizer, ao movimento. Seu modo de vida parece ter caído em um infundável processo de repetição do mesmo. Afinal, se a pesca artesanal é uma força de trabalho, evidentemente para os detentores do poder político e do raciocínio intelectual, não se trata de um trabalho compensador por não estar vinculado aos mecanismos da economia industrial, valorizados pelos grandes nações do mundo. São estas



as premissas disseminadas pelos discursos das políticas públicas queriam a necessária indução à mudança (PRADO, 2002, p.32-33).

Dessa forma, partindo desse pensamento positivista e evolucionista desenvolvida no século XIX pela Sociologia Francesa contiana⁷ e a Antropologia de Tylor⁸, na Era Vargas, teremos em Arraial do Cabo, em 1943, fundada a Companhia Nacional de Álcalis. Segundo AGUIAR (2005), os estudos para a implantação da referida indústria química começaram em 1943, mas as obras só seriam iniciadas em 1954. O lugar era visto como promissor devido à grande quantidade de conchas na Lagoa de Araruama que serviria de matéria-prima para a fabricação do produto (a barrilha). Outro fator para a implementação dessa indústria era a constatação de que existiam águas frias na Praia Grande que seriam utilizadas para o resfriamento de seu maquinário.

178

A chegada da industrialização com a implantação da Companhia Nacional da Álcalis, entre os fins de década de 1940 e na primeira metade da década de 1950, produziu um contexto modernizantes para os natos, com novos ritmos e modelos de trabalho e produção. Na segunda metade da década de 1950, e por toda a década de 1960, em um segundo movimento, os fluxos contínuos de imigrantes e turistas inserem padrões de comportamento e valores.

O arraial também é descoberto nestas décadas por cientistas sociais, interessados em acompanhar de perto o processo de industrialização, posto que na época este tema se apresentava como obrigatório para a antropologia, enquadrando-se na categoria de Mudança Social (...) (PRADO, 2002, p.82).

A mudança social era uma necessidade para a política desenvolvimentista. Ainda que fosse reconhecida como maior produtora de pescado da região, a política desenvolvimentista rumo ao progresso era a justificativa para a mudança social. Desse modo, tal paradigma aliado à teoria

⁷ Auguste Comte é considerado pai da sociologia positivista do século XIX.

⁸ Edward Tylor é considerado o primeiro sintetizador do termo *culture* (*civilization e kultur*), formando a primeira escola antropológica com a teoria evolucionista unilinear, a qual justificava a diversidade cultural pelo processo evolutivo. Esse processo seria linear e todas as sociedades, comunidades passariam. Logo, as diferenças culturais das sociedades e dos grupos seriam explicadas por existirem estágios distintos no processo evolutivo, tendo 3 estágios: primitivos/selvagens, bárbaros e civilizados (padrão europeu)



evolucionista, fomentaria a hierarquização entre a produção de diferença e a formação de um processo evolutivo em escalas (primitivo, bárbaro e civilizado). Ambas estariam presentes nas formulações teóricas, teocráticas e desenvolvimentista que justificaram Arraial como um lugar que deveria ter a implementação da indústria.

Mesmo o Arraial sendo reconhecidamente o núcleo pesqueiro mais importante de Cabo Frio (MASSA, 1967, P.195), percebe-se no primeiro jornal cabista, criado em 1959, que entre os letrados a CNA passou a ser um motivo de destaque. A Companhia sobressaía como a maior potência econômica da América do Sul, capaz de projetar o Brasil sobre o resto do continente e elevá-lo até diante das grandes nações do mundo. Admirava-se o crescente desenvolvimento de um progresso assustador, que parecia ter tomado conta do lugar (PRADO, 2002, p.87).

Assim, além de buscar a elevação do Brasil diante do continente, objetivava-se civilizar os nativos de Arraial do Cabo, promovendo mudanças sociais vistas como necessárias que levasse ao desenvolvimento dessa população *muxuanga*. População, essa, que teve construção de seus costumes, hábitos e sua identidade cultural determinadas pelo isolamento social e geográfico.

179

CABISTAS: FILHOS DO ISOLAMENTO SOCIAL E GEOGRÁFICO E TRANSFORMAÇÕES COM A POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA

Sabe-se que no século XX ainda tínhamos em Arraial do Cabo uma população que vivia seu modo de vida em torno da pesca. Tais nativos abandonados entre os morros, dunas e restingas, alimentaram-se de um orgulho do passado histórico de “conquistadores” de terras, formando, então, a memória social coletiva. Constituíram-se seu pertencimento entre eles como pescadores, os homens do mar, que adquiriram saberes e técnicas com os índios que aqui viviam e novas técnicas com aqueles que fixavam no Porto que vinham da Europa: Portugueses (colonizadores), holandeses, espanhóis, ingleses (pirataria). Logo, a partir da ideia de um “refinamento cultural e intelectual”, havia na sociedade uma nuance progressivista que traria o culto à civilidade baseada no padrão cultural vigente, alimentada pela corrente



evolucionista, determinando aquela comunidade como primitiva.

De fato, a comunidade de pescadores de Arraial do Cabo foi alvo da aplicação de um modelo científico de mudança dirigida, com o objetivo de induzir às transformações sociais a partir de um aparato teórico de fundo desenvolvimentista e, porque não dizer, evolucionista (PRADO, 2002, p.33).

Assim, BERANGER (2015) afirma que a implementação da CNA (Companhia Nacional de Álcalis) seria um reflexo do pensamento desenvolvimentista. Desse modo, o desenvolvimento, o progresso viria para aquela comunidade, além de questões de infraestrutura como abertura de estradas, água e luz. Para além disso também se faz referência a novas oportunidades de emprego, embora a maioria da mão-de-obra tenha vindo de outras regiões. Um novo processo estaria por vir, e aqueles pescadores, quando buscavam outros empregos, faziam trabalhos menores em tal indústria. PRADO (2002), por sua vez, relata que eles seriam estigmatizados como novos rótulos. Agora quem era pescador seria visto como desempregado, vagabundo, preguiçoso, sem certezas sobre a própria pesca seria definido como indivíduo sem objetivos e projeções futuras, lhe falta sentido e projetos de vida, o que significaria que não queria progredir. Assim, seus descendentes buscariam novas formas e meios de sustento e projeções sociais.

O ofício de pescador passa a ser desvalorizado dentro da comunidade, por filho e netos de pescadores, por conta da incerteza dos resultados da pesca, como também, pela inconstância da administração dos ganhos. O pescador se recusa apensar no futuro, posto que seu produto tem renovação natural, dependente de uma ecologia de ciclos reprodutivos e imigratórios que pertencem a Deus. O amanhã não faz parte da pescaria e, por assim dizer, de seu sistema econômico, não há por conta disso nenhuma orientação, no sentido sugerido por Paulo, ou seja, referido a uma projeção financeira (PRADO, 2002, p. 95-96).

Nessa perspectiva de PRADO (2002) a pesca, confecções de redes e cestos, salga do peixe (feita nas pedras, deixando o peixe exposto ao sol e realizado pelas mulheres), a renda, artesanatos e a poesia eram as principais atividades dos cabistas, que também tinham outras formas de subsistência



como a caça⁹.

Já como forma de lazer, as atividades e festas religiosas de origem portuguesa tinham grandes espaços. Diante do isolamento contavam com parteiras, rezadeiras, além de curandeiros e boticários que ficam no cais do Porto. A mistura entre os elementos culturais portugueses, dos “piratas”, indígenas e africanos encontram-se no dia a dia dos cabistas, dos nativos do “arraiaí”. Assim, suas histórias, lendas e narrativas eram impregnadas por um teor mágico, um grande realismo fantasioso e uma maneira de formação moral e manter os “bons costumes” para que houvesse a integração social. Nesse contexto, encontramos os elementos culturais funcionando sobre a comunidade como um conjunto de mecanismos de controle exposto na teoria geertziana.

Assim, com inúmeros simbolismos há um reflexo nas condutas sociais que remetem a forma de organização desta comunidade, a partir do que seria o seu juízo de valores morais, e não só os costumes, hábitos e rituais aculturalizados, porém são sobrepostos pela cultura portuguesa (dominador-colonizador). Sabe-se que esses elementos imateriais foram essenciais para organização do próprio arraiaí, passados de geração em geração, contando histórias e lendas. Além da socialização feita nesse contexto cultural, teremos os mecanismos de controle repressivo (normas e valores morais que definiriam “os bons costumes”) como maneira de coerção social e formação moral, criando o medo como limitador das condutas das gerações mais novas. Entretanto, há relatos que afirmam que quando chega a luz boa parte dessas histórias e lendas desaparecem junto ao medo de andar à noite pelas ruas, onde os sons dos ventos, das matas e dos bichos ganhavam corpo no

⁹ Tais elementos culturais desenvolvidos por essa comunidade em sua totalidade, hoje são remontadas pelas comunidades fragmentadas presentes em Arraial do Cabo, nas distintas praias. Há uma busca da ancestralidade como elemento unificador na comunidade em sua totalidade, diante das inúmeras colônias de pesca existentes na atualidade. Essa informação foi obtida pela presidente da cooperativa feminina da Prainha Creusinha.



imaginário social.

Pescar, fazer renda e poesia eram as principais atividades dos cabistas que também caçavam, principalmente nos finais de semana. Como forma de lazer, faziam suas festas religiosas. Impera, em referência ao passado, uma série de combinações mágicas incluindo não só as imagens religiosas, como também os naufrágios. Se nos aproximamos mais dessa realidade fantástica, encontramos algo de pragmático para o devir da comunidade, pois se entregando aos contos de estórias e mágicas religiosas assombravam não apenas com prazer as crianças, mas depositavam sobre si mesmos a responsabilidade de garantir a moral e os bons costumes de sua integração social (PRADO, 2002, p. 37-38).

Constantemente encontramos presentes em tais histórias uma forma de narrativa memorística, como por exemplo, a contada por creusinha¹⁰ “(...) minha mãe reunia todo mundo na sala, e sob a luz de vele, ela falava se saíssemos seríamos levados e nunca mais voltaríamos para casa, pois havia um bicho nas ruas”. Logo, a memória dos fatos narrados, do “acontecido”, contando histórias seria uma maneira de ilustrar a tradição, ou melhor, o peso das tradições para organização do modo de vida cabista da mesma forma seriam mecanismos de controle repressivo. Esses que, por sua vez, foram sendo consolidados a partir do isolamento social e geográfico. Tal fato permitiu que os indivíduos pertencentes a esta comunidade criassem fortes laços afetivos e de parentesco. Assim, tiveram em suas relações sociais o sentido de “companherismo”, edificando um conjunto de valores, costumes que foram vivenciados em seu cotidiano e fundamentais para sua organização social. Para PRADO (2002, p.23-24) é bastante pontual a mudança dessa forma de convivência, quando é instalada a CNA¹¹. Logo, existiria um antes e um depois da CNA.

Até, então, a relação que se faz em ser cabista seria “ser cabista é ser pescador” e com um grau de parentesco que traduzia a subjetividade na convivência social como sentimento de pertencimento. Hoje em dia, diante de

¹⁰ Creusinha é pescadora e presidente da cooperativa de Mulheres da salga do peixe e artesanato da Prainha.

¹¹ Companhia Nacional de Álcalis.



tais transformações como foram ditas, existe ainda entre aqueles que são pescadores mais antigos a verdade nessa afirmação.

Entretanto, outros cabistas natos ou que adotaram Arraial do Cabo com sua cidade, e que são adoradores dessa cidade e nunca exerceram o ofício de pescador, não a consideram correta. Dizem que ser cabista era ser pescador, mas no tempo de seus avós. Conseqüentemente, ha uma redefinição dos meios geradores do sentimento de pertencimento e assim do reconhecimento comunitário. Isso significa dizer que através de elementos significantes trazidos pela migração e aqueles que foram passados de geração em geração e que se difundiram nessa comunidade e se aculturaram, deram um novo formato a sociedade cabista na atualidade. Isso se deve ao fluxo da migração e o paradigma desenvolvimentista que promoveu a implantação da CNA, Por conseguinte, um novo contexto cultural e econômico é formado, o que propicia a constituição de novas identidades além da identidade de pescador cabista, trazendo a sua desvalorização e a deterioração do que é ser pescador, e conseqüentemente, dos bens primários: respeito, autorespeito e autoestima¹².

183

A deterioração desta identidade profissional se apresenta como produto da associação de idéias externas sobre o trabalho industrial, em relação aos valores locais atribuídos á escrita e ao salário fixo, fato que propicia a emergência e ascensão de novas identidades. Enquanto a pescaria é duvidosa, o salário fixo é certo; aliás, para o pescador comum, que é, como podemos perceber nas falas, não-alfabetizado, ou pré-letrado, esta aparece ser a única vantagem de trabalhar na Companhia, mesmo assim não tão atraente, por conta do valor irrisório pago ao serviço subalterno no qual ele normalmente é admitido. Trabalhar no escritório é sinônimo de ter estudado. E para ser marítimo é fundamental ter carteira de marinheiro, isto é, ter passado por curso aplicado pela Marinha, como também saber ler (PRADO, 2002, p.97).

No âmbito da contextualização histórica da formação da comunidade cabista e suas nuances compreendemos outros pontos socioculturais, que favoreceram o reconhecimento social da comunidade cabista, que são: o grau de parentesco

¹² Bens primários é um conceito desenvolvido pelo *John Rawls* em seu livro *A teoria da Justiça* (1997). Tal conceito traz como base para sociedade que tem o princípio de justiça como equidade o respeito, o autorespeito e autoestima.



e a formação dos apelidos. Como dito anteriormente o sentido de companheirismo é muito forte nas comunidades tradicionais, e é factual na comunidade cabista.

O SENTIDO DO COMPANHERISMO NA COMUNIDADE TRADICIONAL CABISTA

É fundamental entendermos a origem da formação e do sentido do companheirismo e parentesco nessa comunidade. Desse modo, salientamos que no modelo de parentesco de Arraial do Cabo encontramos o modelo religioso muito forte do catolicismo (origem portuguesa; colonizador). A maneira como há atribuição de sobrenomes, as alianças entre os compadres locais foram gerados a partir do modelo ritualístico de batismo católico.

184

Como forma de exemplificar o peso das tradições religiosas em Arraial do Cabo, DAMACENO (2003, p.60) afirma que as festas religiosas assim como a adoração a Nossa Senhora dos Remédios (primeira Igreja erguida) eram extremamente relevantes na formação cultural e respeitadas. Como exemplo, podemos destacar alguns rituais. Entre eles, levantamos que na sexta feira da Paixão e Finados, por exemplo, ninguém pescava, não se varria a casa, não se usava banha na comida, ou canoas ganhavam cruzeiros de madeira. “aquele que se aventurava a pescar, diziam que estava de rabo. Ninguém ia à restinga pegar frutas; as casas ficavam fechadas e não se ouvia música nesses dias santos” (p.60).

Já ao que se refere ao batizado e compadres encontramos nesses rituais uma reelaboração bíblica e um grau de amizade e confiança ao eleger o padrinho dos seus filhos. Desse modo, como forma de provar a integridade desses laços afetivos e de total confiança é inserido o sobrenome do padrinho no batismo. Como parte dessa relação, recaía sobre o padrinho uma grande responsabilidade sobre os afilhados. Ele representava o segundo pai, eles, os padrinhos, davam presentes às crianças, mas não no Natal, e sim na quinta feira santa, denominada nessa comunidade como “consoa”, que vem da palavra



consolo. Os presentes eram dados uma vez ao ano, pois a pobreza imperava, daí o “consoa” ser análoga a palavra consolo; seria um consolo anual na Páscoa ser presenteado e seria uma responsabilidade dos padrinhos, já que firmaram uma aliança religiosa. Nesse aspecto, PRADO (2002, p. 54 - 59) afirma que:

Os sobrenomes, estes nomes que seguem aos primeiros nomes e identificam a ascendência, ou a “linhagem”, como diz Paulo, eram oriundos dos padrinhos, e recebidos apenas após o ritual do batismo, quando os mesmos assumiam responsabilidades sociais em relação aos infantes, através da aliança religiosa.

O pai, quando atribuía ao filho o sobrenome do padrinho, estava demonstrando, em relação a ele, extrema consideração. Um amigo, um convidado para ser compadre, era inserido como membro da família, e a inclusão do sobrenome ao nome da criança significava a prova concreta deste fato (...) o padrinho tem como dever ser legítimo, normativo e cognoscitivo, esta é a sua responsabilidade moral em relação ao afilhado, do qual é o segundo pai, pois assumiu esse compromisso religioso, de acordo com as regras reais e genuínas, sabidas por todos, mesmo que despreparadamente, projetadas no parentesco sagrado que sobrepõe o microcosmo das relações pessoais entre amigos, ao macrocosmo das realizações divinas (...) na relação padrinho/afilhado no ido de Arraial, o sacramento religioso toma a forma de “lei natural” dentro da sociedade (...).

185

No que se refere aos apelidos, é muito comum entre os cabistas a identificação a partir dos mesmos e não pelos nomes. Dessa forma, o apelido torna-se a maneira de um cabista ser apresentado e representado, que traduz elementos estruturantes significativos. Tais apelidos muitas vezes são reduções do nome, algumas vezes estranhos, ou ainda podem ser outro que traz a motivação de tal apelido nas entrelinhas do dia a dia. Ou seja, há um contexto cultural experimentado para atribuição de cada apelido, muitas vezes definidos por um acontecimento peculiar, que traz marcas significativas, conteúdos mnemônicos, que favorecem a reconstrução histórica e das histórias desse lugar.

Várias são as origens dos apelidos, riquíssimas as situações que eles contam, de modo que se torna importantes investigá-las, isto é, se queremos conhecer realmente os “costumes” da vida local. Neste sentido, de transmissão da memória e, por assim dizer, do passado, os apelidos são um modo particular de fazer a história oral, e são também instrumentos da tradição (PRADO, 2002, p.66).



Isso significa dizer que, os apelidos trazem uma história, já que a sua maioria, parte do real acontecido. Logo, a sua atribuição traz elementos socioculturais vivenciados e que de certa forma apresentam tanto a mudanças quanto a conservação do que determina o modo de vida cabista: os seus costumes e tradições. Para PRADO (2002, p.68) os apelidos “são informações cognominadas, autobiográficas e, ao mesmo tempo, coletivas que se somam, como narrativas às “experiências do cotidiano” e tomam corpo na condição de marcas lembradas”.

RACISMO LOCAL E SEGREGAÇÃO EM ARRAIAL DO CABO

Embora seja uma comunidade tradicional pequena, marcada pelo isolamento, cercada por dunas, morros e mar, encontramos muito presente uma segregação, conseqüência do racismo local. Tal racismo determinava os sujeitos dessa comunidade como lugares específicos, que seriam as praias. Assim, em cada praia teríamos a presença maior de um determinado grupo, de origens distintas, e por isso, com fenótipos distintos. Por conseguinte, ao nos depararmos nessa comunidade com um enorme “racismo” local, observamos mais uma vez a teoria evolucionista legitimada pelos dogmas católicos – que de certo modo legitimavam tal teoria –, advindos da colonização portuguesa e demais europeus na sua formação e claro, estranhamento que provocara o conflito diante do que se diferencia. Assim tal racismo, trouxe como conseqüência a segregação e o preconceito, e foi cultivado em particular pelos moradores da Praia dos Anjos, praia essa onde foi construído o porto. Como PADRO (2002, p.61) afirma “havia uma divisão étnica no espaço”. Nessa praia portuária temos quase em sua totalidade famílias tradicionais de origem portuguesa e outras etnias européias (pirataria). O casamento entre primos era comum, logo, justificavam os problemas genéticos por conta dos males hereditários. Outra maneira de justificar tais problemas era com a traição, ou seja, a mulher havia traído com algum primo.



Entretanto, o fato é que os negros eram excluídos dessa praia, mas na Praia Grande, já eram encontrados relacionamentos interpessoais e o “racismo” era menor. Os sujeitos sociais da Praia dos Anjos casavam com brancos, natos ou que chegavam ao porto. Assim, temos os descendentes de holandeses, franceses, espanhóis e ingleses que se concentravam nessa praia. Segundo PRADO (2002) esses criavam relações matrimoniais e estabeleceram o parentesco com os de origem portuguesa.

Diante disso, o domínio cultural português em Arraial do Cabo sempre foi uma realidade e isso trouxe como consequência um clima desagradável e competitivo endógeno entre os moradores dessa praia. Logo, com o racismo difundido na praia dos Anjos, os moradores da Praia Grande acusavam os da Praia dos Anjos de racistas e agressivos. Nesse aspecto, PRADO (2002, p.61) diz que “Na Praia dos Anjos, os negros eram excluídos da relação de namoro e casamento, todavia estabeleciam, eventualmente, tais relacionamentos na praia Grande, onde o racismo era menor”. Além disso, diziam que a Praia dos Anjos, seria espaço dos “filhos do Porto” (filhos sem pai), uma forma depreciativa sobre os que viviam nessa praia. Entretanto, esse estigma viria na verdade de outro fato; traduzindo, filhos sem pai existiam, mas era devido à quantidade de violência sexual também vivenciada pelas mulheres.

Já a famosa Prainha seria o espaço dos negros. Isso porque de acordo com PRADO (2002, p.62) os negros foram para Prainha em 1888, após abolição, da mesma forma que aqueles que não eram escravos passaram a morar lá antes da abolição. Essa praia seria mais distante do centro do “arraia”, cercada por morros e dunas. Os moradores mais antigos dizem que havia uma pequena trilha pelo morro que levará a praia do forno, mas que foi destruída para evitar a mobilidade dos negros dessa praia¹³. O que temos é a estratificação social pelo

¹³ Informação fornecida por Adriano apelidado por “loiro”, filho de moradores da Prainha. Filho de mestre de barcos, um artesão atualmente cego que faz os barcos manualmente. Sua família tem uma árvore genealógica negra por parte do pai e ancestralidade européia por parte de mãe. Logo ao nascer por ser loiro de olhos azuis foi atribuído o apelido, já que como ele disse “filhote de urubu nasce loiro”. No entanto, devido a sua diferenciação diante da família sofreu grandes problemas como segregação por não ser negro.



lugar. Assim, os brancos que “se misturavam” com os negros da Prainha, também seriam mal vistos pelos membros principalmente da Praia dos Anjos. Logo, caso houvesse a união marital teriam que mudar para a praia dos Anjos. Desse modo, a Prainha passou a ser considerada local exclusivo dos negros, que esporadicamente, sempre que podiam se misturavam com os brancos na maioria das vezes na Praia Grande.

A Prainha era então uma área exclusiva de negros que, quando possível, fugiam da endogamia imposta pelo racismo e se misturavam com os brancos, obviamente não com os da Praia dos Anjos, mas com os descendentes da imigração portuguesa, da Praia Grande. Assim, a praia grande estabelecia com a Prainha uma certa continuidade, dentro de um conjunto de relações que não excluía o parentesco. Os negros andavam pela Praia Grande, trabalhavam na pesca e casavam suas filhas, eventualmente, com os brancos de lá. Mesmo sendo vistos, em alguma medida, como subalternos, as intimidades eram concebidas. Inclusive a piada serve para ilustrar uma certa jocosidade entre eles (...) A preferência na escolha do cônjuge se dava por conta do valor atribuído à brancura da pele, como também pelo domínio da escrita, restritos a alguns poucos, por falta de professores, posto que não existiam colégios (...) a Praia Grande é a área de maior mistura étnica e, por assim dizer, com maiores possibilidades matrimoniais (PRADO, 2002, p.62).

188

Na constituição cultural em Arraial do Cabo encontramos fatos que são alimentados pela formação de uma consciência baseada no padrão cultural europeu português. Logo, tendo essa como base há a legitimação do preconceito e da desigualdade nos gêneros e assim a definição de estigmas, segregações e uma hierarquização social nessa comunidade, definindo os lugares e papéis sociais desenvolvidos.

Nesse contexto, temos como pressuposto teórico a intersubjetividade, que acontece na relação direta entre o social e o individual, de acordo com uma abordagem do humano, da própria formação humana. Há uma relação direta entre o objeto apreendido, o objeto de conhecimento e o sujeito. Os objetos do mundo, na verdade, são organizados culturalmente e é uma organização que passa a ser mediada nas relações sociais, através das interações, nas quais acontece a socialização propriamente dita.



Segundo BRAGA (2000, p.73) o processo de conhecimento, no qual temos a formação do indivíduo como membro de uma comunidade, se realiza nas interações sujeito/sujeito/objeto. Assim sendo, tem-se a compreensão da constituição do sujeito cabista, com seus conhecimentos e formas de atuação, ações sociais. Essa, por sua vez, pode ser entendida a partir da sua relação com os outros, num espaço que é preenchido pela intersubjetividade e a formação da consciência social intermediada pela cultura como contexto, definida pela colonização e aculturação. Por isso, que a base é a relação entre o “eu” e o “outro”, na qual a apreensão de conhecimentos sobre a pesca, sobre seus ritos e valores aconteceram e tiveram a manutenção e a modificação ao longo da historicidade da comunidade cabista a partir das interações sociais vivenciadas.

Por isso, que a vivência no meio sociocultural constitui papel constante na determinação do indivíduo para a vida coletiva comunitária e societária. Há uma apropriação cultural pelo sujeito do que é manifestado na interação e na memória coletiva presente na vida cotidiana, definindo o sentido, significações e representações da cultura experimentada e que permite identificar o modo de vida da comunidade pesqueira tradicional em Arraial do Cabo e suas modificações.

189

O processo de construção ou de produção opera uma dimensão em que, partindo do real, do acontecido, a memória – como elemento permanente vivido –, atende a um processo de mudança ou de conservação. A reação resultante do impacto da realidade sobre o indivíduo ou o grupo constituirá a marca que o caracteriza. Dessa maneira, a memória tem como característica fundante o processo reativo que a realidade provoca no sujeito. Ela se forma e opera a partir da reação, dos efeitos, do impacto sobre o grupo ou o indivíduo, formando todo um imaginário que se constituem uma referência permanente no futuro (MONTENEGRO, 2013, p.19-20).

Portanto, compreendemos que a comunidade cabista devido a todas as variáveis que permitiram o seu isolamento social, manteve se constantemente alimentada pela construção da sua memória coletiva. O que temos nessa comunidade é muito intrínseco a ela mesma, daí tais elementos culturais ainda serem tão fortes, como a questão dos apelidos, apadrinhamento, rincha entre as praias, definições de papéis desenvolvidos por homens e mulheres em suas



tarefas sociais assim como a sua valorização. A própria formação de pescadores ainda traz as tradições e conhecimentos adquiridos pela história oral, vivenciados na relação com a natureza. Além disso, a socialização realizada por meio da herança cultural produzida permitiu e permite que valores sejam recontados pelas histórias e lendas. Essas, por sua vez, ainda hoje são peças de uma grande quebra cabeça entre passado e presente e existência (sobrevivência) no futuro. É nesse aspecto, que percebemos a intersubjetividade na relação entre os sujeitos sociais, os quais trazem um quadro de referências ainda desenhado pela sua memória coletiva, que percorre o processo de socialização e/ou endoculturação e introspecção ganhando novos sentidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

190

Torna-se um fato que essa comunidade tradicional de Arraial do Cabo, realmente é filha do isolamento geográfico e, por isso, criou-se pela aculturação. Entretanto, como tantas outras comunidades ela reinventa suas tradições e vem se modificando. Porém, nessa reinvenção há a persistência de seu orgulho sobre sua própria formação, sobre sua memória coletiva. A forma que essa memória é vivenciada no cotidiano possibilita a existência de estruturas significantes fundamentais para o reconhecimento comunitário.

É possível compreender que nas suas narrativas a saudade do passado, de como era o modo de vida, ditas por alguns cabistas. No entanto, há relatos de membros dessa comunidade de que foi a partir da CNA que eles tornaram-se “civilizados”, pois, até então, viviam do extrativismo e pescas artesanais, vistos como primitivos por aproximarem da cultura indígena.

Nesse contexto, para nós existe um antes e depois da implementação da Companhia Nacional de Álcalis. Salientamos PRADO (2002:85) por afirmar que “Antes da CNA, era das pescarias que a comunidade subsistia, pois através do processo de conservação do pescado pela salga se estabelecia comércio com a capital do Estado e com os municípios da economia agrícola próximos”.



Na verdade, quando se teve a implantação da CNA também foi difundida a visão da tecnocracia no cenário brasileiro, por isso, a chamada “mudança dirigida” feita pelo governo (baseada nos idéias positivistas e evolucionistas) seria fundamental. Essa mudança, segundo PRADO (2002), teria uma equipe de etnólogos e antropólogos para que pudessem trazer para aquela população a luz do que seria civilizado e, conseqüentemente uma nova construção da sua consciência de si mesmo.

Mas, ainda assim, seus elementos significantes resistiram a tantas mudanças após a década de 60 no século XX, embora tenham sido ressignificados diante da dinâmica social, favorecendo que entre as gerações houvesse a memória social coletiva reinventada através da oralidade. Mas, no entanto a memória coletiva traz em seu bojo elemento simbólicos definidores daquele modo de vida, o que permite que seus elementos socioculturais sejam reconhecidos entre os envolvidos e sejam considerados como elos integradores para o reconhecimento social comunitário. Tal fato demonstra o caráter multicultural da formação do povo brasileiro e a urgência da integração das diversas culturas dos diferentes grupos e comunidades tradicionais para que tenhamos a efetivação do reconhecimento societário.

191

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, David Barreto de . análise socioambiental do uso e ocupação do solo no Morro do Forno- Arraial do Cabo, RJ. Niterói: s.n. UFF, 2005

BRAGA, Elizabeth dos Santos. *A constituição da memória: uma perspectiva histórico cultural*. Ijuí: Ed. UNIJUI, 200.

BERANGER, Abel. *Dados históricos de Cabo Frio*. Cabo frio 500 anos de História. Banco do Brasil: 2015; 3ª. Ed.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAMACENO, Meri. *Cabistezas “causos” do Arraial*. RJ: Talagarça, 2003.



GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1ª. Edição; RJ: LTC, 2015.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 2003.

MONDONADO, Simone Carneiro. *Pescadores do mar*. SP: Editora Ática, 1986. Série Princípios.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Editora Contexto, 1992, Coleção Caminhos da História.

PRADO, Simone Moutinho. *Da anchova ao salário mínimo: uma etnografia sobre injunções de mudanças sociais em Arraial do Cabo*. Niterói: EdUFF, 2002.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. SP: Martins Fontes, 1997.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de histórias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.